



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

Processo Licitatório nº: 16.957/2020

Processo de Impugnação nº: 15.684/2021

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses

IMPUGNANTE: RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI - CNPJ Nº: 09.813.838/0001-79

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 047/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante alega, em síntese, que:

a). A exigência de Qualificação Técnica, que trata o Item 21.3 do edital c/c item 19.3 do Termo de Referência, ao exigir que a empresa vencedora apresente ATESTADO de Capacidade Técnica referente a prestação de serviços de alimentação em **"outras unidades de saúde"**, restringe a ampla concorrência não possuindo amparo na Lei.

b). Alega ainda que não existe diferenciação na prestação de serviços de alimentação em unidades hospitalares e outras, embasado no Resolução 600 do Conselho Federal de Nutricionistas, ressaltando **"não caber ao pregoeiro estabelecer diferenças na hora da habilitação"**.

c). Aduz que a exigência de Qualificação Técnica, que trata o Item 21.1 do edital c/c item 19.1 do Termo de Referência ao exigir das empresas, como requisito de habilitação, a apresentação de *"Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal"*



Comissão de Pregão II

(local) da cozinha industrial central da empresa licitante", afronta a Lei Geral de Licitações, e viola o princípio da Ampla Participação ao supostamente determinar que apenas licitantes com cozinha em funcionamento possam participar do certame.

06. Por fim, cita decisões em casos similares e requer:

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

08. Requer a impugnante que: *"seja a presente impugnação conhecida e provida, para, ao final, processar-se a competente alteração dos termos do ato convocatório, a fim de evitar que a competitividade seja restringida, bem assim para fazer valer os termos da Lei Federal no 8.666/93."*

IV. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA

11. Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões técnicas, foram encaminhados os questionamentos à área demandante, solicitando a análise da impugnação encaminhada

12. Em resposta, a Secretaria de Saúde afirmou que quanto a exigibilidade dos atestados de capacidade técnica, considerando a resolução n. 600/2019, que versa sobre as definições das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições de acordo com o art. 3, item II, alínea "a", *"(...) não há maneira de se falar sobre falta de diferenciação na prestação de serviços hospitalares em detrimento de outros uma vez que o mesmo artigo contempla outras alíneas que dispõem sobre áreas de atuação distintas"*, bem como que *"(...) a prestação de serviço de Nutrição e Alimentação Hospitalar deve ser tratado de maneira singular, uma vez que o resultado da qualidade nutricional impacta frontalmente na recuperação e até mesmo na manutenção da vida de muitos pacientes pois o fator nutritivo é imprescindível, e por isso, o atestado é inafastável"*, encaminhando os



Comissão de Pregão II

questionamentos a Procuradoria Geral Municipal, para manifestação quanto à alegação sobre a exigência de alvará de funcionamento da cozinha central, bem como dos demais aspectos jurídicos da impugnação.

13. A Procuradoria Geral por sua vez, procedeu com a análise dos questionamentos, exarando parecer jurídico no qual em síntese pontuou que:

a). Quanto a exigência de atestado de capacidade técnica referente a prestação de serviços de alimentação em outras unidades de saúde, pontuou que *"(...) de fato, a Resolução n. 600/2018 do CFN diferencia as áreas das atividades de nutrição, segregando a atividade de Nutrição Clínica (Assistência Nutricional e Dietoterápica Hospitalar, Ambulatorial, etc.) das demais atividades conforme se pode ver na redação do art. 2 e 3"*

b). Destaca ainda que *"Ademais, inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666/93 admite a exigência de comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, portanto, se o objeto da licitação é a prestação de serviço de nutrição e alimentação hospitalar, s.m.j., não se vislumbra restrição na exigência do atestado de capacidade técnica revisto no item 21.3" [grifo deles]*

c). Quanto a alegação de restrição provocada pelo item 21.1 do edital c/c 19.1 do Termo de Referência, após análise do art. 30, inciso I, c/c art. 28, inciso V e art. 27 da Lei 8.666/93 se manifestou no sentido de que *"em princípio, s.m.j., a exigência de apresentação de alvará emitido pela vigilância sanitária não se constitui em cláusula de caráter restritivo, mas em atendimento a legislação especial, conforme entendimento da jurisprudência"*, citando decisões em casos similares.

d). Cita ainda entendimento no mesmo sentido do TCU de que tal exigência não se constitui em cláusula de caráter restritivo se exigida ao licitante vencedor, conforme Acórdão n. 125/2011.



Comissão de Pregão II

e). Aduz que, *"s.m.j., a exigência de licença de funcionamento não constitui caráter restritivo, estando em consonância com o art. 30, IV, da Lei n. 8.666/93. Todavia, verifica-se no teor do item 21.1 do edital, que a referida exigência não está adstrita à licitante vencedora, conforme recomendado pelo TCU. Sendo assim, caso seja ratificada sua necessidade, sugere-se que seja dirigida apenas à licitante vencedora."*

f). Pontua que *"ademais, no caso do presente certame, a contratação é para a prestação do serviço de nutrição e alimentação nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, gerando dúvida acerca da real necessidade de que as licitantes tenham licença de funcionamento da cozinha central."*

g). Por fim, tendo em vista se tratar de exigência de caráter técnico, acerca da execução do objeto, entende caber a Secretaria de Saúde, responsável pela elaboração do termo de referência ratificar a necessidade ou não de tal requisito de qualificação técnica para a presente contratação.

14. A Secretaria de Saúde por sua vez, se manifestou no sentido de que *"a exigência deverá ser mantida, porem como muito bem-lançado a exigência editalícia impugnada deverá ser tão somente da empresa vencedora. Sugerindo que a empresa vencedora deverá apresentar o alvará sanitário no prazo de 24 horas após a publicação e adjudicação do resultado da licitação, ou seja antes da homologação da licitação"*

15. Quanto a exigência de atestado de capacidade técnica **"outras unidades de saúde"**, a Secretaria Requisitante decidiu por manter *"incólume a exigência aposta no edital"*

16. A análise técnica do setor técnico requisitante, o parecer jurídico da Procuradoria Geral bem como a manifestação da Secretaria de Saúde, constantes nos autos do processo de impugnação n. 15.684/2021, são partes integrantes desta decisão, independente de transcrição.



Comissão de Pregão II

V. DA DECISÃO

16. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, após análise e conclusão da Área Técnica e parecer jurídico da Procuradoria Geral Municipal, acolhido pela Secretaria requisitante, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa RPE EMPREENDIMENTOS ALIMENTARES EIRELI, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 047/2021, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, devendo no entanto, a exigência disposta no item 21.1, *"21.1 - A empresa deverá apresentar Licença de Funcionamento, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal (local) da cozinha industrial central da empresa licitante"*, ser retirada da fase de habilitação, passando a ser exigida apenas da licitante vencedora, após a Adjudicação do Resultado, e pela alteração do item do 19.1 do Termo de Referência – Anexo I, do edital, com a nova redação incluída pela secretaria requisitante.

Nova Friburgo, 20 de junho de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870